



1 Às nove horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOISIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTONIO**
5 **JOSÉ GUIMARÃES e SERGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas
6 dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio
7 Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada
8 nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início
9 a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente*
10 *Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça,*
11 *equilíbrio e sabedoria*". Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e SÉRGIO**
12 **DANTAS**, para apresentar proposta de Decisão nos termos do inciso II, do Artigo 72 do
13 Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 23/2017. Em
14 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os
15 processos: **Processo nº 744142003-00 (201203271-00); Instituto De Previdência de**
16 **São Caetano de Odivelas; Recurso – 2003; De Reconsideração - Acórdão Nº 20.577;**
17 **Recorrente: Érika Milene Rodrigues; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
18 **Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda (Pedido De Vista Na Sessão Do Dia**
19 **12.05.2015 Do Cons. Cezar Colares); Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo
20 dispositivo regimental o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **Voto de Vista**: "*Por todo*
21 *exposto, seguindo o posicionamento pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator, voto pelo*
22 *conhecimento e parcial provimento do Recurso de Revisão*". **O referido Processo havia sido**
23 **pautado para manifestação do Voto de Vista do Conselheiro Aloisio Chaves na Sessão**
24 **do dia 12.05.2015**: "*O Acórdão nº 20.577, de 30.11.2010, aqui recorrido, cujo voto condutor é de*
25 *minha lavra, optou por I - Negar aprovação às contas do Instituto de Previdência de São Caetano de*
26 *Odivelas, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade da Sra. Érika Milene Rodrigues, por estarem*
27 *irregulares, nos termos do Art. 52, I, da Lei Complementar nº 25/94, pela omissão no dever de prestar*
28 *contas*". Na parte dispositiva, determinou o "*ressarcimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze)*
29 *dias, devidamente corrigido, da importância de R\$-34.567,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e*
30 *sete reais), contabiliza à conta "Agente Ordenador", em virtude da ausência de prestação de contas dos*
31 *recursos recebidos no citado exercício*". Finalmente, aplica "*....multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil*
32 *reais), pelos alfares referente ao não envio da prestação de contas em meio documental ou magnético,*
33 *com fundamento no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94. "Em grau recursal, a recorrente alega que:*
34 *o fundamento da não aprovação das contas foi a ausência de prova documental da correta destinação e a*
35 *aplicação dos recursos públicos sob sua gestão; não foi instaurado o devido processo legal para lhe*
36 *propiciar a oportunidade do contraditório e da ampla defesa, face não ter sido regularmente citada porque,*
37 *apesar de ser funcionária pública municipal do Município de São Caetano de Odivelas, com domicílio certo*
38 *e paradeiro conhecido, a citação foi feita pelo correio, com aviso de Recebimento, endereçada à repartição*
39 *extinta desde o ano de 2005, sem nada lhe ter sido comunicado. Seu recurso se arrima no Art. 67, II, da*
40 *LCE nº 25/94, que trata de julgamento com base em insuficiência da produção de documentos; na*
41 *oportunidade recursal oferece os documentos comprobatórios da regularidade da gestão dos recursos e,*



42 *consequentemente, da regularidade da prestação da contas; seus atos satisfizeram as exigências de*
43 *legalidade na destinação e aplicação os recursos públicos por ela geridos; o atraso na prestação de contas*
44 *não contamina o mérito da prestação de contas em si, executada sem causar qualquer dano ou prejuízo*
45 *para o erário e para a ordem jurídica; o atraso ou a ausência de prestação de não configura hipóteses de*
46 *"grave infração" previstas no Art. 103, do RITCM, razão porque invoca a seu favor os princípios*
47 *constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. A 6ª Controladoria manifestou-se no sentido de*
48 *que: A conclusão do Acórdão recorrido amparou-se no Art. 52, I, e Art. 57, II, da LCE nº 25/94, não*
49 *merecendo reparos; Os documentos comprobatórios da regularidade da destinação e do emprego dos*
50 *recursos públicos só foram fornecidos em fase recursal, como se fossem "documentos novos", quando na*
51 *verdade não os são; na hipótese incide o instituto da preclusão temporária I na produção de provas por*
52 *meio de documentos novos que, na verdade, poderiam ser apresentados como se destinados a suprir*
53 *"documento insuficiente" ao julgamento; a citação da recorrente se deu com arrimo em AR- aviso de*
54 *recebimento emitido pelos Correios, conforme permissivo do Art. 23, III, e Art.45, da LCE nº 25/94; houve*
55 *prejuízo para a ordem jurídica na medida em que houve infração ao Art. 93, do RITCM, qual seja, a*
56 *omissão no dever de prestar contas; reconhece que os recursos públicos geridos foram corretamente*
57 *empenhados e aplicados, assim como os gastos justificados. Restaria apenas a irregularidade atinente ao*
58 *atraso na prestação de contas. O Ministério Público de Contas opta por considerar regulares as contas*
59 *prestadas, via suprimimento da insuficiência inicial de documentos. Assim, opina apenas pela aplicação de*
60 *multa em razão do cumprimento do dever de prestar contas fora do prazo legal. O voto da lavra do*
61 *eminente Conselheiro Daniel Lavareda diverge da manifestação do Ministério Público ao argumento de que*
62 *"...me perfilho a entendimento do corpo técnico, que entende que o ingresso dos documentos anexados no*
63 *recurso são capazes de elidir a conta agente ordenador, mas não a de sanar a omissão da ordenadora do*
64 *dever de prestar contas". Assinala que "Há de se fazer uma clara e exata diferenciação entre uma*
65 *prestação de contas intempestiva e a omissão no dever de prestar contas. O marco processual que delimita*
66 *a ausência volitiva da prestação de contas e a prestação de contas a destempo é a citação ou notificação*
67 *do ordenador para apresentar suas contas no período citatório ou notificadorio, uma vez que, não o*
68 *fazendo nos prazos assinalados pela lei de forma espontânea, será compelido a sansão se instaurada a*
69 *tomada de contas pela omissão em não prestar contas nos prazos citatório ou notificadorio". Acrescenta*
70 *que "...a prestação de contas a destempo ocorre até o momento da citação, a partir daí, instaurada a*
71 *tomada de contas há omissão no dever de prestar contas. Instaurada a tomada de contas qualquer peça*
72 *contábil ou financeira que venha a ser juntada aos autos pelo tomador das contas ou pelo responsável,*
73 *serve apenas para elidir o debito e os pontos de exercício obrigatório de controle externo..". Afirma que*
74 *"Com efeito, não podem as cortes de contas darem igual tratamento aos jurisdicionados que prestam suas*
75 *contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a destempo ou se tomadas". Afiança que "Tanto a*
76 *prestação de contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão sujeitas a sansão,*
77 *salvo se tiver motivo justificador devidamente comprovado, que exima a responsabilidade do faltoso como*
78 *caso fortuito e a força maior". A seguir, transcreve jurisprudência do TCU-Tribunal de Contas da União em*
79 *socorro à sua conclusão no sentido de considerar irregulares as contas quando prestadas fora do prazo*
80 *legal. Aduz, afinal, que "... considero que essa Corte de Contas não pode julgar o recurso sob análise,*
81 *utilizado da mesma medida adotada para aquele gestor que, mesmo intempestivamente, tenha cumprido*
82 *com sua obrigação de prestar contas, razão pela qual, concluo que o envio de documentação em fase*
83 *recursal é cabível apenas para a retirada da imputação de débito, desde que a mesma comprove a boa e*
84 *correta aplicação de recursos". Enfim, dispõe que "Tomo conhecimento do recurso, e no mérito dou-lhe*



85 provimento parcial, para alterar o Acórdão nº 20.577.2010 no que tange ao afastamento do débito
86 imputado a recorrente, Sra. Érika Milene Rodrigues, mantendo, contudo, o julgamento pela irregularidade
87 de suas contas, em razão da omissão do dever legal de prestar contas, bem como a multa no valor de R\$
88 2.000,00 (dois mil reais), constante do item 3 do retro citado Acórdão". Fundamentos deste voto
89 divergente. Na prática, o voto condutor não diverge da manifestação do Ministério Público de Contas junto
90 a este TCM-Pará. Tal como este, afasta a imputação de débito por entender regular a destinação e
91 aplicação dos recursos públicos geridos mas mantém a multa pelo atraso no cumprimento do dever
92 constitucional de prestar de contas. Divergência há apenas quanto aos fundamentos das razões de decidir.
93 Ou seja: enquanto o voto condutor entende que o atraso na satisfação do dever constitucional de prestar
94 contas contamina de irregularidade a própria gestão dos recursos, o Ministério Público de Contas entende
95 que isso não contamina aquilo. É com fulcro nessa linha de raciocínio lógico e jurídico que colho amparo
96 para expressar a divergência que aqui defendo. A gestão dos recursos públicos e a prestação de contas
97 dessa gestão integram momentos jurídicos distintos, com consequências inteiramente diversas. São
98 momentos sucessivos, portanto, independentes. O segundo não pode retroagir para contaminar o primeiro.
99 Exatamente porque a conclusão do primeiro é conditio sine qua non para oportunizar à satisfação do
100 segundo. A imputação de débito é consequência legal imperativa de qualquer irregularidade na gestão da
101 coisa pública. Em linha de correspondência, a regularidade dos atos de gestão é excludente de qualquer
102 imputação de débito. Não se pune o que está certo nem se absolve o que está errado. Nos ensinamentos
103 de Miguel Reale (Tridimensionalidade do Direito) "Dada a ação, tem que ser a sanção" (penal ou premial).
104 In casu, o que está e deve permanecer sendo considerado como irregular é a satisfação do dever
105 constitucional de prestar contas. Não os atos de gestão dos recursos públicos, que todos concordam terem
106 sido regulares na destinação e na aplicação. Daí porque o próprio voto condutor desobriga a imputação de
107 débito em face ao mérito das contas prestadas (que julga regulares) para manter apenas a multa de R\$
108 2.000,00 (dois mil reais), aplicada pelo acórdão recorrido, por atraso na satisfação do dever constitucional
109 de prestar contas. Por outro lado, compulsando os autos, verifica-se que a citação que a recorrente alega
110 não ter se operado validamente, de fato, foi efetivada por via postal, com AR - aviso de recebimento, mas
111 não com a cláusula de pessoalidade, como assim determina o Art.119, do RITCM, vigente à época, verbis:
112 "Art. 119- Far-se-á a citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou
113 seu procurador das seguintes formas: por expediente, entregue pelo correio, com aviso de recepção;
114 Considerando que a recorrente é funcionária pública e residente no município de São Caetano de Odivelas,
115 não há que se falar em lugar ignorado, incerto ou inacessível da mesma (Art.231, II, do CPCB) para
116 justificar eventual citação por edital, ou por via postal com AR – aviso de recebimento, para o endereço de
117 uma repartição extinta desde o ano de 2005. Nesse passo, há que se realçar que o próprio voto condutor
118 ressalva que "Tanto a prestação de contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão
119 sujeitas a sanção, salvo se tiver motivo justificador devidamente comprovado, que exima a
120 responsabilidade do faltoso como caso fortuito e a força maior". É exatamente dessas hipóteses de
121 exclusão de ilicitude que se cogita nos autos: força maior impeditiva da constituição válida e regular do
122 processo por falta de atendimento às formalidades legais essenciais na citação, o mais solene de todos os
123 atos processuais. Portanto, resta claro que o AR – aviso de recebimento e os editais publicados à guisa de
124 servir de citação para dar partida ao devido processo legal não tem a menor potência jurídica para
125 estabelecer o marco inicial da contagem de prazo para alguma prescrição temporal extintiva. Precedentes
126 desta própria corte de contas municipais testemunham nessa direção como, v.g.: Processo nº 2008.11.555-
127 00: "Ementa: Recurso de reconsideração, Matéria constitucional. Princípio do contraditório e da ampla



defesa, Nulidade de citação. Reabertura da instrução. Recurso provido." (realcei) No mesmo diapasão está a afirmação do voto condutor de que "... não podem as cortes de contas darem igual tratamento aos jurisdicionados que prestam suas contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a destempo ou se tomadas". No caso aqui sob exame, tanto o órgão técnico, como o Ministério Público de Contas e o voto condutor concordam na aplicação de multa à gestora recorrente, por ter a mesma satisfeito o dever constitucional de prestar contas fora do prazo legal. Não há, portanto, a (des)igualdade protestada no voto condutor. Compreenda-se que a possibilidade de produção de prova, após o encerramento da fase de cognição administrativa da prestação de contas, é conditito sine qua non para admissibilidade do recurso de revisão, tal como aqui foi processado, à luz do disposto no Art.67, II, da LCE 25/94, verbis: Art. 67. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez, pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados na forma prevista nesta Lei, e fundar-se-á: em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; É irrelevante para o desfecho da questão aqui se debater se os documentos fornecidos pela recorrente são "novos" ou não. "Em primeiro lugar, o tema ou termo "novo" não deve ser entendido como documento produzido após a decisão, mas sim aquele que não foi utilizado. Em outras palavras, o documento é novo no procedimento de rescisão do julgado". Mas adiante, o mesmo doutrinador afirma que "Para que seja possível a utilização de tal documento novo, é indispensável que a parte não o tenha utilizado por motivos alheios à sua vontade (desconhecia, não tinha acesso etc..)", (GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, Tribunais de Contas - Aspectos controvertidos. Rio de Janeiro, Forense, 2003, 1ª edição, pag. 75). Além disso, coerente com o princípio processual da busca da verdade real, é concebido que "o destinatário da prova é o magistrado", conforme bem dá a entender o dispositivo legal supra transcrito e tal como assim já decidiu em reiterados julgados o STJ_Superior Tribunal de Justiça (v.g, AgRg no REsp 357024/DF, Rel. Ministro Sidnei Beneti, 3ª Turma, Julgado 110/2013, DJe 05/11/2013). Aliás, sem isso, seria impossível o exercício das ações rescisórias e outras próprias do fenômeno da relativização da coisa julgada como, por exemplo, a querella nullitatis insabilis, estas últimas para corrigir vícios trans rescisórios, após o transcurso do biênio de cabimento das rescisórias (STJ-AgRg nos EDcl no AgRg na AR 2.711/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, julgado em 09/08/2010, DJe 19/08/2010). Nos tempos modernos, a adoção do instituto da relativização da coisa julgada é indelmentável, tanto em benefício da moralidade pública como da segurança das relações jurídicas. De igual sorte, – mas pelas mesmas razões práticas –, relativizado queda-se o instituto da preclusão temporal extintiva. Aliás, para citar um exemplo mais próximo, é de se chamar à colação o dispositivo do Art.77, da recente LCE nº 84/2012, pelo qual: Art. 77. Mediante proposição de Conselheiro ou do Ministério Público junto ao Tribunal, o Pleno poderá declarar a insubsistência de decisão transitada em julgado ou não, quando constatada a existência de fatos anteriores capazes de comprometer a essência do julgado. Os tribunais de contas do país têm natureza jurídica administrativa e atuam como auxiliar do Poder Legislativo, nos termos do Arts. 70 e seguinte da CF/82. Segundo opiniões doutrinárias predominantes, emitem decisões judicialiforme, revisáveis pelo Poder Judiciário em casos especiais, no exercício da jurisdição. Não se paramentam dos rigores legais, nem de extremadas formalidades próprias do exercício da jurisdição. "O processo administrativo, embora adstrito em certos atos, não tem os rigores rituais dos procedimentos judiciais, bastando que, dentro do princípio do informalismo, atenda às normas pertinentes do órgão processante e assegure defesa ao acusado. (TJSP - Ap.Civ. nº 214.519-1 – São Paulo- Rel. Alfredo Migliore – J. 03.08.94). Na doutrina se encontra que "A antinomia entre formalismo e justiça decorre da tomada de consciência do julgador quanto a possibilidade de vir o bom direito a sucumbir em face de uma exigência



171 *de caráter puramente formal e deve ser resolvida especificamente pelo ordenamento de cada povo, em*
172 *face das características culturais do fenômeno processual". (ÁLVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto, Do*
173 *formalismo no Processo Civil, São Paulo: Saraiva, 1997, p 224). "É inadequado, ao nosso ver, um*
174 *formalismo exacerbado em sede administrativa. Como ponderado em julgamento do Superior Tribunal de*
175 *Justiça: "(...) o formalismo processual deve estar à mercê da atuação Jurisdicional. O rigor da forma, salvo*
176 *exceções, exigida pela quantia do sistema, não pode prejudicar o direito da parte, e a pretensão do direito*
177 *material deduzida em juízo". (GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, ibdem, pag.71). Além disso, as letras dos Arts.*
178 *52, I, Art.57, II, da LCE nº 25/94, e Art.103, I, ao estabelecerem que a omissão no dever de prestar contas*
179 *constitui causa suficiente para a aplicação da pena de irregularidade da prestação de contas, não*
180 *contemplam, entre suas hipóteses, o mero atraso no cumprimento de tal dever constitucional. A infração*
181 *relativa ao atraso no cumprimento do dever constitucional de prestar contas autoriza a aplicação da multa*
182 *prevista no Art.120-A, do mesmo RI, vigente à época do fato e, não, a penalidade de irregularidade das*
183 *contas (nullo crime nulla pena sine lege). No caso concreto, ao aceitar os documentos fornecidos pela*
184 *ordenadora de despesas em grau de recurso como suficientes para comprovar a regularidade na*
185 *destinação e na aplicação da verbas públicas geridas pela mesma, este TCM-Pará reduziu a hipótese de*
186 *incidência de omissão, inicialmente prevista no acórdão recorrido, para mero atraso no cumprimento do*
187 *dever constitucional de prestar contas. Isso se, por acaso, a recorrente ainda era ordenadora de despesas*
188 *quando ocorreu o dies a quo do dever de prestação de contas, eis que, caso tenha sido substituída por*
189 *outro gestor, será este o responsável pelo ato (ou seja, quem a substituiu) e, não, a recorrente. Nessa*
190 *circunstância, nem multa se lhe pode aplicar e, sim, ao novo responsável. Tal conclusão é corolário natural*
191 *da impessoalidade e da continuidade da Administração. Portanto, no caso vertente, não há falar em grave*
192 *infração a justificar a aplicação da pena de irregularidade na prestação de contas. É necessário não perder*
193 *de vista que os mecanismos legais tutores e protetores dos interesses públicos integram um sistema*
194 *jurídico único, embora multifacetado, que também contempla a tutela dos direitos e garantias individuais.*
195 *Especialmente aqueles relativos a mais alevantada e solene de todas as manifestações da cidadania que é,*
196 *justamente, o direito de votar e ser votado: a elegibilidade. Nas lições de Jescheck (apud ROXIN, 2002),*
197 *"Com o escopo de assegurar a uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência jurídica*
198 *deve ser sistemática, pois assim garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas*
199 *sejam baseadas no acaso ou em arbitrariedades". Em seguida, que "[...] não se podem desconhecer os*
200 *perigos de uma dogmática reduzida a fórmulas abstratas: esses estão no fato de que o juiz passe a confiar*
201 *no automatismo dos conceitos teóricos, não atentando, portanto, às peculiaridades do caso concreto. O*
202 *essencial é sempre a solução do problema: exigências sistemáticas, por serem menos importantes, devem*
203 *recuar para um segundo plano." Nesse cenário, as decisões dos Tribunais de Contas cada vez assumem*
204 *mais vulto e volume de repercussão na esfera dos direitos e garantias individuais. Basta que se confira a*
205 *legislação abaixo transcrita: Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Lei da Ficha Limpa. (Altera*
206 *a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do Art. 14 da*
207 *Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para*
208 *incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no*
209 *exercício do mandato). Art. 1º São inelegíveis: para qualquer cargo: os que tiverem suas contas relativas*
210 *ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso*
211 *de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido*
212 *suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes,*
213 *contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do Art. 71 da Constituição*



214 *Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa*
215 *condição (realcei); Dessa forma, na eventual colisão entre o interesse público e os direitos e garantias*
216 *individuais, há que se ponderar no sentido de que, não tendo se observado qualquer prejuízo ao erário, à*
217 *ordem jurídica, à moralidade pública e à probidade administrativa, não há nenhuma razão para se impor a*
218 *gravíssima penalidade de irregularidade das contas, condutora fatal à inelegibilidade para todos os cargos,*
219 *por conta do singelo atraso na prestação de contas (pas de nullité sans grife). Principalmente quando*
220 *cabalmente justificado tal atraso, em face da imprestabilidade da citação como ato inaugural do devido*
221 *processos legal, do contraditório e da ampla defesa, tal como se observa no caso vertente. Por fim,*
222 *observe-se que os acórdãos de TCU colacionados pelo voto condutor aludem, invariavelmente, à omissão*
223 *no dever de prestar contas, impossível de se alterar, ainda que se produza documentos novos, em razão da*
224 *superveniência da imutabilidade da coisa julgada administrativa, evidentemente que só operada após*
225 *citação válida. Ditos acórdão, todavia, não se aplicam ao caso presente, onde os documentos foram*
226 *produzidos pela recorrente na primeira oportunidade em que lhe foi dado intervir nos autos. Exatamente*
227 *por ocasião de interpor o presente recurso com o objetivo de requerer o reconhecimento da nulidade da*
228 *citação e, portanto, a impossibilidade de constituição válida da res judicata administrativa. In casu, na*
229 *oportunidade em que este TCM-Pará acatou tais documentos como válidos e suficientes para demonstrar a*
230 *licitude da prestação de contas da recorrente, isso facto et ipso iuri, afastou a figura da omissão no dever*
231 *de prestar contas anteriormente acatada, convertendo-a em simples atraso na satisfação do mesmo dever,*
232 *circunstância essa geradora da sanção de multa e, não, da sanção de desaprovação das contas,*
233 *consequência daquela. Diante da mora objetivamente constatada na satisfação do dever constitucional de*
234 *prestar contas, é suficiente a apenação monetária por intermédio da imposição de multa, sem a*
235 *categorização de irregular às contas julgadas de gestão regular, porque comprovadas correção da*
236 *destinação e aplicação dos recursos manejados". A matéria foi colocada **em discussão**. O*
237 *Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para fazer algumas considerações a respeito de seu*
238 *voto proferido na Sessão do dia 25.03.2014: "Srs. Conselheiros, o voto divergente oriundo da vista do*
239 *Conselheiro Aloísio Chaves se sustenta, a meu ver, em duas premissas equivocáveis. Uma de ordem ao*
240 *regular andamento do processo e outra quanto a natureza jurídica dos atos relativos a omissão no dever*
241 *de prestar contas e a ausência da prestação de contas. Com efeito, diz o revisor em seu voto que:*
242 *"compulsando os autos verifica-se que a citação que a recorrente alega não ter se operado validamente, de*
243 *fato, foi efetivada por meio postal, com AR, mas não com a cláusula da pessoalidade". Diz ainda, para*
244 *sustentar seu voto, que a regra do extinto art. 119 da LC/25/94 não foi cumprida na fase de instrução,*
245 *uma vez que tendo a recorrente residência no município de São Caetano de Odivelas, não se podia*
246 *justificar uma citação por AR para um endereço de repartição extinta desde o ano de 2005, assim como*
247 *também não há de se falar em lugar ignorado, incerto ou inacessível para justificar a citação por capital.*
248 *Ora, não é bem assim. A regra do revogado art. 119 da LC/25/94, dizia que: "**Art.119—Far-se-á,***
249 ***citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou seu***
250 ***procurador, das seguintes formas: I- Em mediante ciência nos autos; II- Em sessão plenária,***
251 ***quando presidente; III- por expediente, entregue por servidor do Tribunal; IV- Por***
252 ***expediente, entregue pelo correio com aviso de recepção; V- Por edital, publicando três vezes***
253 ***no Diário Oficial do Estado, no período de dez dias, quando o responsável encontra-se em***
254 ***local ignorado, incerto ou inacessível.** O que se extrai do dispositivo transcrito era de que, na*
255 *comunicação dos atos processuais, deveria se privilegiar, sempre que possível, a pessoalidade, o que em*
256 *nenhum momento foi possível no caso concreto, senão vejamos: 1-A citação ou notificação mediante*



257 ciência nos autos só seria possível mediante o comparecimento espontâneo da ordenadora o que não
258 ocorreu, já que a mesma só veio apresentar sua prestação de contas por meio de recurso. 2-De igual
259 sorte, não se poderia operacionalizar qualquer citação ou notificação a recorrente em sessão plenária,
260 porque a mesma enquanto ordenadora nunca se fez presente as sessões desse tribunal, enquanto se tem
261 notícia. 3-Não se poderia também fazer a citação ou notificação por expediente entregue por servidor, por
262 que tal mecanismo só se operava nas realizações de inspeções do Tribunal "in loco" nas repartições
263 municipais. Entendimento esse uniforme e de aplicação desde sempre, em harmonia aos princípios da
264 supremacia do interesse público, razoável duração do processo e economia processual. Pois, ilógica,
265 irrazoável e onerosa seria exigir essa regra de citação considerando a vastidão continental de nosso Estado.
266 E aqui, cito o próprio voto de vista que lembra Jescheck. Diz o hermeneuta alemão citado no voto que:
267 "Com o escopo assegurar a uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência, jurídica deve
268 ser sistematizada, pois assim garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas sejam
269 embasadas no acaso ou nas arbitrariedades". (grifo nosso) Assim, dentro da uniformidade de
270 procedimentos e para não haver arbitrariedades, o TCM/PA sempre aplicou a regra do art.119 pela
271 cronologia de seus incisos, quando possível, o que não foi no caso presente, pelas razões já expostas. Por
272 outro lado, não cabe também aqui acolher as razões do recorrente de que a citação por "AR" fora
273 endereçada a repartição extinta, isso porque na qualidade de ordenadora, cabia a si o ônus de manter
274 atualizado o seu endereço na secretaria do Tribunal, para que esse à ocasião, expedisse com eficácia os
275 atos processuais de comunicação relativo as suas contas. Evoca-se aqui o princípio jurídico "**Nemo**
276 **auditur propriam turpitudinem allegans**", ou seja, de que ninguém pode se valorar de sua própria
277 torpeza para fazer jus a um benefício ou condição, eis que as dificuldades encontradas pelo Tribunal em
278 proceder a citação, foram embaraços causados pela própria recorrente. O outro equívoco, está, como
279 disse, na confusão em estabelecer a omissão do dever de prestar contas e a ausência da prestação de
280 contas. Isso parece caracterizada quando o relator diz em seu voto que "uma omissão no dever de prestar
281 contas pode se transformar em um mero atraso se o Tribunal acatar os documentos fornecidos por
282 ordenador em grau de recurso". Não se pode e nem se deve confundir omissão no dever de prestar contas
283 com ausência de prestação de contas. A primeira ocorre da vontade contaminada de culpa ou dolo daquele
284 que por obrigação legal não apresenta voluntariamente no prazo assinalado pelo Tribunal os instrumentos
285 de ordem contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial que compõe o processo de contas, fazendo recair
286 sobre o fato, a instalação de Tomada de Contas. Já a segunda pode ocorrer sem pressuposto da culpa ou
287 do dolo e se caracteriza pela ausência do próprio processo. Ou seja, pode deixar de existir processo de
288 prestação de contas quando por motivos alheios à vontade do ordenador não se pode exigir o dever do
289 mesmo prestá-las. É o caso de contas iliquidáveis por exemplo, ou de incêndio numa repartição. O que se
290 pretende aqui não é impossibilitar o interessado de apresentar suas contas em grau de recurso. Em
291 absoluto! Tal atitude violaria princípios fulcrais do processo de contas, como o contraditório e a ampla
292 defesa e o princípio da verdade material. O que se discute é se nas razões do recurso, traz o recorrente
293 qualquer excludente de ilicitude de seu ato de omissão no dever de prestar contas para que se possa dar
294 provimento ao recurso e no mérito aprovar as suas contas. A simples entrega da prestação de contas a
295 destempo não pode ser e continuar sendo nesse tribunal fato por si só autorizativo de aprovação das
296 contas pelo simples fato, de que recebendo as contas e analisando-as as mesmas deixaram de ser omissas
297 e viraram intempestivas!!! Tal interpretação é incabível e ofende o tratamento isonômico que deve ser dado
298 aos ordenadores de despesas, ou seja, tratando de forma igual aquelas que cumprem sua obrigação no
299 prazo, daqueles que não o fazem e nem apresentam justificativas capaz de excluir a ilicitude de seu ato. As



300 *contas apresentadas em grau de recursos podem e devem por obrigação ao princípio da busca da verdade*
301 *material (e nela se insere a formal) ser recebidas e analisadas pelo Tribunal, mas sua aprovação está*
302 *condicionada ao recorrente demonstrar de modo latente e vivo de que não as prestou no tempo oportuno,*
303 *por absoluta impossibilidade de fazê-lo, caso contrário, segue-se insanável o motivo da reprovação que foi*
304 *a omissão no dever de prestar contas, excluindo-se, contudo, do alcance os valores porventura,*
305 *comprovados. É nessa esteira de raciocínio que entendo que meu voto está em consonância com a*
306 *orientação de vanguarda do País e alinhado a orientação do Tribunal de Contas da União, cuja a*
307 *jurisprudência já foi colecionada. Assim sendo, partindo para o caso concreto, a recorrente não se*
308 *desincumbiu de provar algum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu dever de prestar contas no*
309 *prazo legal que pudesse descaracterizar a omissão, cabendo lembrar que, por tratar-se de contas referente*
310 *ao exercício de 2003 e que deveriam ser prestadas em 2004, só o foram através do presente recurso,*
311 *ingresso em 14/02/2012, sem qualquer justificativa plausível que elida sua omissão". Após ampla*
312 *discussão sobre a matéria, a Conselheira Mara Lúcia apresentou proposta de alteração do*
313 *Regimento Interno do TCM, que será encaminhada aos Gabinetes dos Conselheiros para*
314 *apreciação, nos seguintes termos: "Nota Técnica: a alteração proposta emerge de inovação*
315 *jurisprudencial desta Corte de contas, trazida ao Plenário pelo Conselheiro Daniel Lavareda (Processo nº*
316 *201203271-00) que, consagrando a jurisprudência ainda não pacificada do Tribunal de Contas da União,*
317 *vem indicar a necessidade de estabelecimento de um marco delimitador (temporal) e diferenciador (fático)*
318 *em casos onde houve omissão do gestor em sua tempestividade e regular apresentação. Trançamos, neste*
319 *caso, um paralelo com a ação penal que cuida de casos de apropriação indébita previdenciária, após o*
320 *advento da Lei do RGFIS e outras legislações correlatadas, onde ficou garantido ao interessado, a*
321 *possibilidade de reconhecimento e parcelamento de, até a decisão condenatória de 1º Grau, em outras*
322 *palavras, mesmo denunciado criminalmente, poderia o réu confessar e parcelar o débito e com isto,*
323 *receber a suspensão do processo criminal, garantindo-lhe, portanto a oportunidade de evitar futura e*
324 *provável condenação, caso venha adimplir integralmente seus débitos. Assim, entendendo que na omissão*
325 *do dever legal de prestação de contas, incumbe ao TCM o poder-dever de instauração da Tomada de*
326 *Contas Especial e, por conseguinte, citação para defesa, no que, após a sua apreciação chegaríamos ao*
327 *final da instrução processual, com a emissão do Relatório Técnico final da instrução processual, com a*
328 *emissão do Relatório Técnico final, sugerimos que tal "marco delimitador" que distinguiria a prestação*
329 *intempestiva ou a destempo (aprovação com ressalva), da omissão do dever (não aprovação) seria*
330 *justamente o término da instrução processual e julgamento das contas. Válido que se esclareça, que a*
331 *apresentação da prestação de contas, a quando o Recurso Ordinário ou de Pedido de Revisão (Rescisória),*
332 *pode gerar efeitos, destacadamente quanto a regularização de débito lançados à conta "Agente*
333 *Ordenador" ou, ainda, a integral regularização das contas, nas hipóteses em que o recorrente demonstre,*
334 *cabalmente, a incidência do caso fortuito ou força maior, que conduziu a não apresentação regular e*
335 *tempestiva das contas. Por fim, destacamos que tal alteração no posicionamento jurisprudencial desta*
336 *Corte de Contas, à luz das orientações da ATRICON, deverá conduzir, ainda, a modulação dos seus efeitos,*
337 *impondo-se por conseguintes que os processos anteriores a tal alteração devem seguir a orientação*
338 *jurisprudencial até então vigente e pacífica, onde se permitia a possibilidade de apresentação das*
339 *prestações de contas até por ocasião do Recurso/Perdido de Revisão. Tal medida, seguindo o predominante*
340 *posicionamento deste colendo Tribunal, ratificada o respeito à segurança jurídica e ao tratamento*
341 *isonômico, entre os jurisdicionados, destacadamente, quanto aos ordenadores de exercícios mais antigos,*
342 *quanto a orientação jurisprudencial desta Corte não impunha a penalização mais gravosa. Com substrato*



343 *no espírito pedagógico que, acima de tudo, deve motivar os posicionamentos deste TCM-PA, a proposta*
344 *alteração regimental, que venha a traçar o marco temporal e fático que inviabilize o saneamento da falha*
345 *de natureza grave, prevista no inciso IV, do art. 233, do RITCM-PA. Ademais, considerando que a alteração*
346 *normativa em questão contempla aspectos de direito material e processual, sua aplicação gera efeitos ex*
347 *nunc, ou seja, passa a valer para os processos, em que o encerramento da instrução processual, ocorre*
348 *após o início da vigência desta alteração regimental". Ainda em votação na Sessão do dia*
349 **12.05.2015**, o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o voto divergente do Conselheiro
350 Aloísio Chaves. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o voto divergente do Conselheiro Aloísio
351 Chaves, com base nos precedentes e no Princípio da Segurança Jurídica. O Conselheiro Cezar
352 Colares pediu VISTA dos autos. O Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Sérgio Leão
353 decidiram por aguardar a manifestação do Voto Vista do Conselheiro Cezar Colares para votar. Na
354 presente Sessão, após a manifestação do Voto de Vistas do Conselheiro Cezar Colares, o
355 Conselheiro Aloísio Chaves, pediu Vistas dos autos. O Conselheiro Antônio José e o Conselheiro
356 Sérgio Leão decidiram por aguardar a manifestação do Voto Vista do Conselheiro Aloísio Chaves.
357 **Processo nº 160012013-00; Prefeitura Municipal de Bonito; Prestação de Contas –**
358 **2013; Contas Anuais De Governo; Responsável: Silvio Mauro Rodrigues Mota; Instrução: 3ª**
359 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira**
360 **Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
361 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
362 parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
363 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
364 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
365 pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, e o encaminhamento de cópia dos
366 autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.030). Presidência do Conselheiro Daniel
367 Lavareda. **Processo nº 160012013-00; Prefeitura Municipal de Bonito; Prestação de**
368 **Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Silvio Mauro Rodrigues Mota;**
369 **Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora:**
370 **Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo
371 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
372 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos
373 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
374 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
375 decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e
376 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.426).
377 Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros José Carlos Araújo e Cezar Colares.
378 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1190012008-00; Prefeitura**
379 **Municipal de Novo Repartimento; Prestação de Contas – 2008; Contas Anuais De**
380 **Governo; Responsável: Bersajone Moura; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:**
381 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 80,**
382 **de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



383 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das
384 contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
385 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
386 pela emissão de parecer prévio contrário, aplicação de multas, bem como encaminhamento de
387 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 13.031). Presidência do Conselheiro
388 Daniel Lavareda. **Processo nº 1190012008-00; Prefeitura Municipal de Novo**
389 **Repartimento; Prestação de Contas – 2008**; Contas Anuais De Gestão; Responsável:
390 Bersajone Moura; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
391 Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
392 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
393 manifestou-se pela irregularidade das contas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao
394 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
395 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
396 irregularidade das contas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
397 **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 30.427). Vencida a Conselheira Mara quanto a
398 exclusão das multas aplicadas. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
399 **420012002-00; Prefeitura Municipal de Marabá; Prestação de Contas – 2002**; Contas
400 Anuais; Responsável: Geraldo M. De C. Azevedo E Sebastião Miranda Filho; Instrução: 2ª
401 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar
402 Colares; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
403 **145482008-00; Guarda Municipal de Belém; Prestação de Contas – 2008**; Contas
404 Anuais De Gestão; Responsável: Silvia Helena Barbosa Randel; Instrução: 2ª Controladoria;
405 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
406 Advogado/Contador: João Neri - CRC/PA 014533/P-4; **Publicado no DOE nº 80, de**
407 **20.04.2017.** Reabertura de Instrução. **Processo nº 201212916-00; Fundação Cultural De**
408 **Belém - Fumbel de Belém; Prestação de Contas – 2012**; Prestação De Contas De Termo De
409 Compromisso; Responsável: Luiz Peixoto Ramos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
410 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 80,**
411 **de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
412 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
413 **em discussão**. O Conselheiro Relator apresentou sua proposta de **Decisão**, no que foi ratificada
414 pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
415 decidiu pela regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.428)
416 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 214182012-00; Fundo Municipal**
417 **De Saúde de Cametá; Prestação de Contas – 2012**; Contas Anuais De Gestão; Responsável:
418 Osvaldo Otávio Filgueira Valente; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
419 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Norma Lúcia
420 de Campos - CRC/PA 1402; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo
421 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela



irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, aplicação de multas, ciência ao Legislativo, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.429). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 424242013-00; Ipasemar - Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais de Marabá**; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Karan El Hajjar; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contador: Paulo Andre Amorim Carvalho (contador); **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, como emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.430). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 364202012-00; FDCA - Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente de Itaituba**; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Antonieta Assunção Nascimento Lima (01/01 a 30/04) e Luzimar Maria Santos (01/05 A 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas da Sra. Antonieta Assunção Nascimento Lima, e pela irregularidade das contas com aplicação de multa da Sra. Luzimar Maria Santos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, da Sra. Antonieta Assunção Nascimento Lima; e pela irregularidade das contas da Sra. Luzimar Maria Santos, com aplicação de multas, e o encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.431). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 83012012-00; IPASM de Ananindeua; Prestação de Contas – 2012**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Luiz Guilherme Machado De Carvalho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com a emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.432). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 874052012-00; FDCA - Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Xinguara**; Prestação de Contas – 2012; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Cícero Cleuto De Abreu Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017**.



461 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
462 manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais. A matéria
463 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
464 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
465 aplicação de multas (Acórdão nº 30.433). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar
466 Colares. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201505050-00; Ipasecap**
467 **de Cachoeira do Piriá; Tomada de Contas – 2012**; Contas Anuais De Gestão; Responsável:
468 Klacirleide Vale De Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth
469 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
470 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
471 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
472 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
473 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, recolhimento aos cofres municipais,
474 aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual
475 (Acórdão nº 30.434). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 693982009-**
476 **00; Fundo Municipal De Saúde de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – 2009**;
477 Contas Anuais De Gestão; Responsável: Breno Henry Oliveira Dos Santos; Instrução: 5ª
478 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto
479 Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo
480 Com A Resolução Administrativa 07/2017); Advogado/Contador: Sérgio Roberto Rodrigues Lima -
481 CRC/PA 2075; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Retirado Pauta. **Processo nº**
482 **201219679-00; Diocese Santa Maria Mãe De Deus de Castanhal; Convênio; Prestação**
483 **De Contas** - Auxílio Financeiro Recebido Por Meio Do Convênio Nº 11/12, Firmado Com A Pm De
484 Castanhal; Responsável Bispo Dom Carlos Ângelo Verzeletti; Instrução: 4ª Controladoria;
485 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José
486 Guimarães; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
487 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
488 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
489 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
490 contas, bem como emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.436). Presidência do
491 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201610275-00; Prefeitura Municipal de Nova**
492 **Timboteua; Denúncias e Representações – 2016**; Juízo De Admissibilidade; Denunciante:
493 Patrícia Ruffeil Maués Alves; Denunciado: Luiz Carlos Castro – Prefeito; Instrução: 5ª
494 Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Conselheiro
495 Daniel Lavareda); **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
496 **201414066-00; Prefeitura Municipal de Colares; Recurso – 2003**; Revisão - Resolução Nº
497 9.372/2009; Recorrente: João De Deus Dos Santos Bastos; Instrução: 2ª Controladoria;
498 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
499 **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério



500 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do
501 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A
502 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento
503 do Pedido de Revisão (Resolução nº 13.033). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
504 **nº 650012004-00; Prefeitura Municipal de Salinópolis; Recurso – 2004 De Reconsideração**
505 **- Contra A Resolução Nº 8.751/Tcm-Pa; Recorrente: Raimundo Paulo Dos Santos Gomes;**
506 **Instrução: Auditor Alcimar Lobato Da Silva; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da**
507 **Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº**
508 **80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
509 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A
510 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência
511 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento
512 total do Recurso, modificando a decisão anterior (Resolução nº 13.034). Presidência Conselheiro
513 Daniel Lavareda. **Processo nº 1290012000-00; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu;**
514 **Recurso – 2000 Ordinário - Contra A Resolução Nº 11.699/2014/Tcm-Pa; Recorrente: Liberalino**
515 **Ribeiro De Almeida Neto; Instrução: 7ª Controladoria/Tcm-Pa; Ministério Público: Procuradora**
516 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Da Cunha Pessoa**
517 **(Redistribuído Do Conselheiro José Carlos Araújo); Advogado/Contador: Raimundo Rafic Salomão**
518 **(CRC-PA 8.287); José Nazareno de Araújo (CRC-PA 6.973); Leonardo Penante Figueiredo (CRC-PA**
519 **10.362), e Jorge Hamyr Quintero Salomão (CRC-PA 15.251); Publicado no DOE nº 80, de**
520 **20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
521 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso, afim de reformar a
522 decisão anterior. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
523 **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
524 conhecimento e pelo não provimento do Recurso, mantendo a decisão recorrida (Resolução nº
525 13.035). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201609750-00; Instituto De**
526 **Previdência Do Município - Altaprev de Altamira; Pensão Portaria Nº 046/2016, De**
527 **01.05.16, Pensão Por Morte Do Servidor Ativo Sr. Rui Vicente Dos Anjos; Interessado: Angelina**
528 **Do Rosário Menezes Dos Anjos (Esposa); Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;**
529 **Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Conselheiro Daniel Lavareda);**
530 **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201308327-00;**
531 **Prefeitura Municipal de Rio Maria; Nomeação – 2013; Nomeação De Servidores - Concurso**
532 **Público - Nº 01/2013; Interessado: Gessica Pereira Da Silva E Outros; Ministério Público:**
533 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador:**
534 **Ilair Gomes Remor- OAB nº10.457; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo
535 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
536 se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
537 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro
538 do Ato (Acórdão nº 30.437). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**



539 **201411019-00; Prefeitura Municipal de Bannach; Nomeação – 2013;** Nomeação De
540 Servidores - Concurso Público - Edital Nº 001/2013; Interessado: Shirley Ribeiro Camargo E
541 Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos
542 Araújo; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
543 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
544 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
545 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº
546 30.438). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201610982-00; Prefeitura**
547 **Municipal de Piçarra; Subsídio – 2017;** Cadastro Da Lei Municipal Nº208/2016 - Fixação De
548 Subsídios; Interessado: Wagne Costa Machado; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame
549 da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
550 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
551 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
552 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
553 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.036). Presidência Conselheiro Daniel
554 Lavareda. **Processo nº 201611334-00; Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia;**
555 **Subsídio – 2017;** Cadastro Da Resolução Nº002/2016 - Fixação De Subsídios; Interessado:
556 Edmilson Paz Da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
557 José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Cumprindo dispositivo
558 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não
559 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
560 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não
561 cadastramento do Ato (Resolução nº 13.037). Presidência Conselheiro Daniel Lavareda.
562 **Processo nº 201602884-00; Prefeitura Municipal de Xingua; Subsídio – 2016;**
563 **Cadastro Da Lei Nº 950/2016 - Revisão Geral Anual Dos Salário Dos Secretários Municipais;**
564 **Interessado: Osvaldo De Oliveira Assunção Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
565 **Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
566 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
567 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
568 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
569 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.038). Presidência Conselheiro Daniel
570 Lavareda. **Processo nº 201602886-00; Prefeitura Municipal de Xingua; Subsídio –**
571 **2016;** Cadastro Da Lei Nº 952/2016 - Revisão Geral Anual Dos Salário Dos Servidores Municipais;
572 **Interessado: Osvaldo De Oliveira Assunção Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
573 **Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
574 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
575 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
576 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
577 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.039). Presidência Conselheiro Daniel



578 Lavareda. **Processo nº 201700191-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba; Subsídio; Lei**
579 **Nº 3.442/16, De 14.12.16 Que Fixa Subsídios Do Prefeito, Vice-Prefeito E Secretários;**
580 **Interessado: Estélio Marçal Guimarães; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
581 **Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.**
582 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
583 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
584 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
585 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.040). Presidência Conselheiro Daniel
586 Lavareda. **Processo nº 201704173-00; Secretaria Municipal De Saúde - Sesma de**
587 **Belém; Juízo de Admissibilidade – 2015; Despacho De Não Admissibilidade De Denúncia**
588 **(Art. 292, Ri/Tcm-Pa); Responsável: Denunciante - Vogue Mix Multimarcas Ltda-Epp; Relator:**
589 **Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contadora: Janaina Mendonça Lisboa e Castro**
590 **OAB-GO nº 30.035; Publicado no DOE nº 80, de 20.04.2017.** Retirado de Pauta. **MATÉRIA**
591 **ADMINISTRATIVA, PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
592 **PÚBLICO:** O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para solicitar a Reabertura da Instrução
593 do Processo de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação de Salvaterra, exercício
594 financeiro de 2011. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
595 pela Reabertura da Instrução solicitada. Em seguida, o Conselheiro Sérgio Leão fez uso da
596 palavra para comunicar que no dia seguinte, haverá reunião com os prefeitos dos municípios
597 vinculados à 1ª Controladoria, e aproveitou a oportunidade para fazer uma explanação das ações
598 desta Controladoria, bem como teceu elogios aos técnicos e jurisdicionados. Sobre o tema em
599 questão, o Conselheiro Cezar Colares falou sobre o encontro marcado para o dia nove de maio, e
600 que está satisfeito com a grande procura dos jurisdicionados, elogiando as ações promovidas pela
601 Escola de Contas do TCM-PA. Em seguida, o Conselheiro Presidente, Daniel Lavareda informou
602 sobre: **1.** Reunião que ocorrerá no dia vinte e seis de abril do corrente, com as Procuradoras
603 Silaine Karine Vendramin (Procuradora Geral, em exercício do Estado do Pará) e Maria Regina
604 Franco Cunha (Procuradora Geral do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas dos
605 Municípios do Estado do Pará), que tem como pauta a atuação das procuradorias de contas na
606 ação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, ficando
607 desta maneira, convidados os demais Conselheiros a participar da reunião supracitada; **2.**
608 Reunião Administrativa marcada para o dia seguinte, às 11:00h da manhã; **3.** Reunião com a
609 Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, no dia vinte e sete de abril do corrente, às 15h, com a
610 finalidade de tratar de solicitação de atendimento dos servidores do Tribunal e Ministério Público
611 de Contas extensiva aos seus familiares para a realização do recadastramento eleitoral biométrico
612 nos moldes realizados junto com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Outro tema a ser
613 abordado, será celebração de cooperação técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral e o TCM-PA,
614 para compartilhamento de informações do banco de dados vinculados a ordenadores, candidatos
615 e eleitores, com especial enfoque em dados cadastrais, para facilitar a busca de tais ordenadores
616 em seu endereço, e a declaração de bens de candidatos e ordenadores, uma das exigências da



617 Lei Orgânica. Estes dados servirão para efetuar um cruzamento de informações declarações de
618 bens que eles tem que apresentar neste Tribunal, com a declaração de bens apresentada na
619 Justiça Eleitoral. Deste modo, será realizada esta aproximação técnica entre o TCM-PA e Tribunal
620 Regional Eleitoral objetivando consignar junto as decisões desta corte, elementos que facilite e
621 tornem mais objetivos os critérios consignados na justiça especializada do eleitoral, para
622 verificação de elegibilidade dos candidatos que figuram na relação encaminhada por esta Corte
623 de Contas, conforme preconizado pela Lei da Ficha Limpa, em conjunto com o cadastro eletrônico
624 de inadimplente, em fase de elaboração, ferramenta esta, tecnológica que estará a disposição da
625 Justiça Eleitoral, ficando os demais Conselheiros desde já convidados a participar; **4.** Reunião
626 marcada para o dia oito de maio do corrente, com o Presidente do Tribunal de Justiça, tendo
627 como objetivo inicial, levantar todos os processos que o TCM-PA possui como autor ou réu, e
628 solucionar esse passivo. Em sequência, o Conselheiro Aloisio Chaves pediu palavra para informar
629 sobre a promoção de dois Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará que atuam neste Tribunal:
630 Major Nobrega promovido ao posto de Tenente Coronel e o Capitão Maicon promovido ao posto
631 de Major. Ressaltou ainda sobre o merecimento, parabenizando assim, as suas promoções, no qe
632 foi acompanhado pelos seus pares. O Conselheiro Presidente então, fez uso da palavra para
633 sinalizar que o Sargento Pereira estará recebendo uma condecoração da medalha Tiradentes pelo
634 relevante serviço prestado a esta Corte de Contas. E registrou elogios aos servidores da DICAP,
635 bem como outros servidores da casa. **ENCERRADA** a presente Sessão, às quatorze horas e
636 quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
637 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e cinco de
638 abril de dois mil e dezessete.
639 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 036/2017, em oito de junho de dois mil e dezessete.
640 Visto:

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão